



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2024

LEILÃO PRESENCIAL

TIPO: MAIOR LANCE

Nº 001/2024

Torna-se público que o(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, por meio do(a) do Departamento de Compras, Licitações e Contratos/Divisão de Licitações, sediado na Rua Barão do Rio Branco, 1709, Centro, Lapa - PR, realizará licitação, na modalidade LEILÃO, na forma **PRESENCIAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.287 de 03 de setembro de 2024, do Decreto Municipal nº 26.815, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 21.237, art. 5º, inciso IV, de 24 de março de 2015, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os trabalhos inerentes à presente licitação na modalidade de LEILÃO PÚBLICO serão conduzidos e apregoados de acordo com as regras e especificações deste Edital, pelo Leiloeiro designado através do DECRETO Nº 27941, de 17 de julho de 2024, Sr. Bruno Goll Zeve.

1 – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital consiste na alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio público da Prefeitura da Lapa – PR, conforme especificações no ANEXO I.

1.1.1 – Os bens, objeto desta licitação, serão vendidos no estado e condições que se encontram, pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades e condições intrínsecas e extrínsecas.

2 - DATA, HORÁRIO, LOCAL DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO

2.1 - **Local:** Divisão de Licitações, localizada na Rua Barão do Rio Branco, Nº 1.709 (Fundos)- **Centro – Lapa/PR.**

2.2 - **Data:** 06 de janeiro de 2025.

2.3 - **Horário:** 14:00 horas.

3 – MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

3.1 – A alienação de bens imóveis patrimoniais será feita através de LEILÃO PÚBLICO, na forma presencial, do tipo MAIOR LANCE (verbal) por lote, superior ou igual ao valor mínimo mencionado nos itens, atribuído em avaliação pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis e em conformidade com a Lei Municipal nº 4287, de 03 de setembro de 2024.

4 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar do Leilão todos os interessados que se habilitarem mediante inscrição, **até às 12:00 horas do dia 06 de janeiro de 2025.**



4.2 - As inscrições poderão ser feitas **no Departamento de Compras, Licitações e Contratos a partir do dia 02 de dezembro de 2024 até o dia 06 de janeiro de 2025**, no seguinte horário: 09h às 12h e das 13h30 às 16h30; **ou no dia e local de realização do leilão das 08h às 09h45**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1- Pessoas Físicas:

- a) Ficha de inscrição Pessoa Física, conforme ANEXO III;
- b) Cópia da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;
- c) Cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- d) Cópia do Comprovante de residência em nome do credenciado ou se em nome de terceiros, apresentar comprovante de parentesco;
- e) Declaração de que não possui vínculo funcional com o Município da Lapa, sob as penalidades legais, conforme ANEXO IV;
- f) Declaração de aceitação Pessoa Física, conforme ANEXO V;
- g) Declaração LGPD, conforme ANEXO XIII.

4.2.2 - Pessoas Jurídicas:

- a) Ficha de inscrição Pessoa Jurídica, conforme ANEXO VII;
- a) Cópia da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
- b) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Cópia do Contrato Social e última alteração ou Contrato Social Consolidado, devidamente registrados;
- d) Declaração de que não possui vínculo funcional com o Município da Lapa, sob as penalidades legais, conforme ANEXO VIII;
- e) Declaração de aceitação Pessoa Jurídica, conforme ANEXO IX;
- d) Quando o representante **não pertencer ao quadro societário da empresa**, apresentar cópia de Instrumento Público (Procuração) com poderes específicos de decisão durante o Leilão, em nome do proponente, OU Instrumento Particular original com fotocópia, conforme Lei 13.726 de 8 de outubro de 2018 no qual se declare expressamente ter poderes de decisão durante o Leilão.
- e) Declaração LGPD, conforme ANEXO XIII.

Não há necessidade de os documentos serem autenticados, porém deverá ser apresentada uma Declaração de pessoa (física ou jurídica) de que os mesmos correspondem fielmente aos originais, responsabilizando-se, o declarante, civil e criminalmente, pela declaração fornecida, ou cópia simples acompanhada de seus originais para autenticação conforme Lei 13.726 de 8 de outubro de 2018, conforme ANEXOS VI – Pessoa Física ou ANEXO X – Pessoa Jurídica..

4.3 - Não poderão participar do Leilão: funcionários Públicos do Município da Lapa, os membros da Comissão Especial de Avaliação, os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal da Lapa, Leiloeiro e Equipe e os menores de 18 (dezoito) anos não emancipados.

4.4 - Os proponentes inscritos e habilitados deverão comparecer no local da realização do Leilão, às 14:00 horas do dia 06 de janeiro de 2025, onde poderão participar do mesmo, ofertando lances, a partir do comando do Leiloeiro Sr. Clésio Thiago Cardoso de Jesus.

4.5 - Não serão considerados os lances com valores inferiores ao preço mínimo estabelecido neste Edital.



4.6 - O Leilão será realizado em ato público, presidido por Leiloeiro devidamente designado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

5 - HABILITAÇÃO

5.1 - O Proponente habilitado quanto a documentação receberá um protocolo que o identifica e o possibilita a participar do Processo Licitatório deste Edital.

6 - INFORMAÇÕES E CÓPIA DO EDITAL

6.1 - Aos interessados serão prestadas as informações necessárias no Departamento de Compras, Licitações e Contratos através da Comissão Permanente de Licitações, no local situado na Rua Barão do Rio Branco nº1709, fundos, das 9h às 12h e das 13:30 horas às 17 horas ou pelos fones (41) 3547-8029/3547-8030 - O edital está na íntegra no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net “acesso Identificado no link – licitações”.

7 – DA VISITAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS PATRIMONIAIS

7.1 - Os bens imóveis patrimoniais, objeto deste edital, estarão à disposição dos interessados para visitação a partir do dia 02 de dezembro de 2024, quando deverão fazer agendamento através do telefone: (041) 3547-8000, com o servidor Evandro Roberto de Siqueira.

7.1.2- Os arrematantes poderão nos dias determinados para visitação, vistoriar, examinar, levantar condição de documentos, etc., lembrando que os bens serão alienados no estado em que se encontram.

8 – ESTADO DOS BENS A SEREM LEILOADOS

8.1 Os bens são vendidos no estado em que se encontram, podendo inclusive estar deteriorados, em mau estado de conservação, em desacordo com normas técnicas em geral, pendentes de regularizações de qualquer ordem (tais como georreferenciamento, demarcação, averbações e registros matriculares, dentre outros), perante quaisquer órgãos administrativos e governamentais em geral (tais como órgãos ambientais, fundiários, cartório de registro de imóveis, IPUF, INCRA, dentre outros).

Ainda, o Município não responderá por eventual evicção decorrente dessas situações ou de qualquer outra natureza. Também não responderá por ações judiciais que possam advir dessas situações, cabendo ao adquirente promover eventuais demandas ou defesas judiciais de seus interesses. Cabe, então, ao interessado o direito de vistoriar os bens para que verifique as reais condições dos mesmos, bem como sua situação registral, jurídica, fiscal, cadastral, etc, sendo que a não utilização desse recurso é de sua responsabilidade exclusiva, não lhe conferindo qualquer direito de pleitear indenizações a qualquer título.

8.2 A venda será feita **AD CORPUS** (e não ad mensuram) sendo que as características dos bens declaradas no presente Edital, Anexo I, catálogos e outros meios de divulgação, são meramente enunciativos e deverão ser escriturados na forma em que se encontram, não respondendo o Município por evicção de direitos, erros de registro ou qualquer possível diferença de área. Compete ao interessado fiscalizar o bem, seus marcos, suas confrontações, situação dos imóveis lindeiros, apurar eventuais desconformidades entre a situação real e a descrição matricular do bem (sobretudo em caso de marcos inexistentes, apagados ou alterados fraudulentamente por vizinhos).

8.3 Qualquer imposição ou objeção formulada pelo Cartório de Registro de Imóveis competente ou terceiros por ocasião da escrituração do bem (para fins de transferência da propriedade ao arrematante) deverá ser resolvida exclusivamente pelo arrematante, às



suas despesas. O Município se compromete a empregar seus melhores esforços no sentido de prover documentação e informações que eventualmente estiver ao seu alcance, porém não se compromete a praticar atos materiais de regularização, satisfação de exigências, tampouco arcar com quaisquer custos decorrentes.

8.4 A oferta de qualquer lance no leilão implica total aderência e concordância na assunção pelo lançador dos riscos e responsabilidades aqui previstas, não podendo futuramente alegar desconhecimento ou arrependimento se não obrou com diligência na investigação da situação real do imóvel em confronto com sua situação jurídica ou fiscal.

9 - DA ARREMATÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - O Leiloeiro estimulará a oferta de lances pelos participantes, a fim de buscar o melhor valor para venda dos bens públicos leiloados.

9.2 - Os lances serão verbais, a partir do preço mínimo previamente avaliado estabelecido no ANEXO I do edital, que será o lance inicial, considerando-se vencedor o licitante que houver oferecido o maior valor pelo lote.

9.3 - Ao final do Leilão serão emitidos Termos de Compromisso de Arrematação que deverão conter o número e a descrição do bem do lote arrematado, o valor do arremate, os dados do arrematante, conforme o credenciamento efetuado e assinatura do arrematante e do Sr. Leiloeiro, conforme modelo no ANEXO II.

9.4 - O arrematante deverá efetuar o pagamento diretamente na Agência Bancária e conta corrente específica da Prefeitura Municipal da Lapa a ser repassada no momento da realização do Leilão, através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em até 24 horas após o término da realização do leilão, não sendo permitido pagamento diretamente ao leiloeiro.

9.5 - O Pagamento também poderá ser efetuado através de PIX em nome da Prefeitura Municipal da Lapa, a ser repassado no momento da realização do Leilão.

9.6 - A Carta de Arrematação de Leilão é o documento que confere ao arrematante o direito da posse e propriedade sobre o bem adquirido, e será emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda, em nome do arrematante após a confirmação do pagamento do DAM pela instituição financeira, ou Pix.

9.7 - Os arrematantes não poderão alegar por qualquer motivo, vícios redibitórios.

9.8 - Não será aceita a desistência total ou parcial. O arrematante ficará responsável pelo pagamento total dos lotes arrematados, sob pena de infringir o Art. 335 do Código Penal Brasileiro, bem como o Art. 337, "I" e Art. 337, "K" da Lei nº 14.333, de 1º de abril de 2021.

9.9 - É proibido a ARREMATANTE ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o bem arrematado antes do pagamento e do registro do título translativo no Registro de Imóveis correspondente.

10. DA TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DO BEM

10.1 O arrematante terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data de assinatura do contrato, para providenciar a escritura definitiva de compra e venda do imóvel.

10.2 A escritura pública definitiva de compra e venda será lavrada de comum acordo entre as partes, deverá ser utilizados Cartórios localizados na Comarca da situação do imóvel. De seus termos constarão, pelo menos, as cláusulas presentes na minuta contratual anexa, além de outras impostas pelo Cartório ou que as partes hajam por bem incluir, porém desde que em absoluta conformidade com o regime legal licitatório e o presente Edital.

10.3 Tratando-se de imóvel que necessite de desmembramento, remembramento, retificação, averbação de construção ou demolição e tudo mais necessário à legalização



do imóvel (edificações, benfeitorias e terreno), todas as despesas decorrentes desta, junto ao cartório imobiliário, correrão por conta do adquirente.

11. DAS DESPESAS

11.1 Será de inteira responsabilidade do arrematante, a partir da data da arrematação do imóvel, as despesas com escritura, registro, averbação, impostos de transmissão, taxas, emolumentos, e todas as demais despesas necessárias e indispensáveis à sua transferência.

11.2. Também correrão por conta do arrematante, a partir da arrematação, despesas com energia elétrica, água, condomínio e todos os tributos incidentes sobre o imóvel a ser alienado.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. Após o resultado do leilão, será lavrado o Termo de Compromisso de Arrematação, conforme modelo anexo II.

12.2. Após confirmado o pagamento, será elaborado o contrato de compra e venda, conforme Anexo X.

13 - DA ATA E DO RELATÓRIO FINAL

13.1 - Após os trâmites do Leilão, será lavrada a Ata e Relatório Final, na qual figurarão os bens vendidos, bem como a correspondente identificação dos arrematantes e em especial os fatos relevantes.

13.1.1 – Constará na Ata e no Relatório Final a relação dos credenciados, bem como o valor dos lotes arrematados.

14 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. Todos os participantes do Leilão estarão sujeitos ao artigo 335 do Código Penal Brasileiro:

“Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida”.

14.2. Os participantes que descumprirem as cláusulas deste edital e que praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação terá seus direitos cessados para participar da Hasta Pública, com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e Regulamento de Processo Sancionatório Municipal.

14.3. Os licitantes e o arrematante devem observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

14.4. Para os propósitos do item 14.1., definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador,



visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

15.1 DA FORMA DE ENVIO:

Os pedidos deverão ser enviados preferencialmente através do email: licitalapa@gmail.com, ou ainda, protocolados junto a administração no endereço: Rua Barão do Rio Branco, 1709 – fundos – Lapa - PR – CEP 83.750-000, Lapa / Paraná

O atendimento será feito no horário das 09h às 12h e das 13:30h às 17h.

Maiores informações podem ser obtidas através dos fones: (41) 3547-8029 e 3547-8030.

15.2 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

15.2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico lapa.atende.net pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma utilizada para a realização de pregão Eletrônico.

15.3.1. Após o julgamento em definitivo da aceitabilidade das propostas, e da análise dos documentos de habilitação será oportunizado aos licitantes o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para manifestação da intenção de recursos.

15.3.1.1. Neste momento não cabe ao agente de contratação analisar o mérito do apontamento, cabendo apenas avaliar o atendimento dos pressupostos básicos da manifestação.

15.3.1.2. Aceita a intenção de recursos, o licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para expor suas razões no campo próprio da plataforma.

15.3.1.3. Atendido o previsto no item 5.3.1.2, os demais licitantes ficam convocados para se quiserem, apresentarem suas contrarrazões, igualmente no prazo de 03 (três) dias úteis.

15.4 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, em <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e no portal lapa.atende.net.

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema eletrônico disponível em lapa.atende.net, através de consulta pública, usando o número da licitação.



16. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

16.1- Antes da retirada dos lotes arrematados, o dirigente do órgão promotor do Leilão, poderá no interesse público, quer de ofício, quer mediante provocação de terceiros, revogá-lo parcial ou totalmente, devendo, no caso de ilegalidade, anulá-lo no todo. Em qualquer das hipóteses o fará em despacho fundamentado, assegurando o contraditório e a ampla defesa, sem que caiba qualquer reclamação ou pedido de indenização.

17 ANEXOS

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II - Termo de Compromisso de Arrematação
- ANEXO III - Ficha de Inscrição Pessoa Física
- ANEXO IV - Declaração de inexistência de vínculo funcional com o Poder Executivo Municipal – Pessoa Física
- ANEXO V - Declaração de Aceitação – Pessoa Física
- ANEXO VI - Declaração de que os documentos conferem com os originais – Pessoa Física
- ANEXO VII - Ficha de Inscrição Pessoa Jurídica
- ANEXO VIII - Declaração de inexistência de vínculo funcional com o Poder Executivo Municipal – Pessoa Jurídica
- ANEXO IX - Declaração de Aceitação – Pessoa Jurídica
- ANEXO X - Declaração de que os documentos conferem com os originais – Pessoa Jurídica
- ANEXO XI – Minuta de Contrato de Compromisso de Compra e Venda
- ANEXO XII – Matrículas dos Imóveis
- ANEXO XIII- Declaração LGPD

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Fica reservado a Prefeitura Municipal, o direito de retirar, desdobrar ou reunir em lotes, a seus exclusivos critérios ou necessidades quaisquer dos bens descritos no presente Edital.

18.2 - Não reconhecerá a Prefeitura Municipal quaisquer reclamações de terceiros com quem o arrematante transacionar o bem objeto da licitação.

18.3 - Serão aplicadas as normas da Lei Federal nº 14.133/21, com as modificações posteriores, em todas as situações e nos casos omissos desse Edital.

18.4 – A Prefeitura Municipal reserva-se o direito de suspender ou adiar total ou parcialmente a realização do leilão, não cabendo aos licitantes qualquer reclamação ou indenização.

18.5 - Qualquer reclamação sobre o lote adquirido seja por ausência de peças e componentes, estado de conservação ou outros, deverão ser feitas por escrito e antes da retirada do lote do pátio, onde estiver depositado.

18.6 - O arrematante não poderá alegar sob qualquer forma ou pretexto o desconhecimento das condições deste Edital de Leilão.



18.7 - Reservamo-nos o direito de corrigir informações incorretas por motivos de erros gráficos.

18.8 - Outras informações e demais esclarecimentos que se fizerem necessários, poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos pelos fones: (41) 3547-8028 (41) 3547-8029 (41) 35478030.

18.9 – Não havendo êxito na alienação, aplica-se o disposto na Lei Municipal 4.287 de 03 de setembro de 2024.

Lapa-PR, 16 de setembro de 2024.

Carlos André Schaphauser Martins Silva
Secretário Municipal de Administração

Edital elaborado por: Alq



ANEXO I

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO CONTÁBIL PATRIMONIAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA
Requisição nº 632/2024
Processo Digital nº 10705/2024**

(Lei Federal nº 14.133/2021 e capítulo V do Decreto Municipal Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023).

1. OBJETO

1.1. Alienar bens imóveis de propriedade do município da Lapa-PR, na localidade do Rio da Várzea, objetos de matrícula do cartório de registro de imóveis nº 27.967 medindo 451,419,00m² e matrícula nº 27.968 medindo 137.951,00m², situado em área rural do Município.

1.2 Os imóveis poderão ser visitados pelos interessados, mediante prévio agendamento obrigatório, através do telefone (41) 3547-8000 com o servidor Evandro Roberto de Siqueira das 9h as 12h e 13h30 as 17h, fica estabelecido o prazo máximo de até 24 horas antes da realização do leilão para agendamentos.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

LOTE	DESCRIÇÃO IMÓVEL	VALOR AVALIADO
01	<p>- Terreno Rural com matrícula nº 27.967 situado na Localidade do Rio da Várzea, com área de 451.419,00m², ou seja, 18 alqueires, 26 litros e 89,00m², ou ainda 45,1419ha, distribuído em 10,24 hectares de área de plantio, 23,14 hectares de floresta nativa, 3,43 hectare de pastagem e 8,33 hectare de banhado. Demais características conforme anexo XII.</p> <p>- Terreno Rural com Matrícula nº 27.968 situado na Localidade do Rio da Várzea, com área de 137.951,00m², ou seja, 05 alqueires, 28 litros e 11,00m², ou ainda, 13,7951ha. Distribuídos em 8,91 hectare de plantio, 2,24 hectare de floresta nativa e 2,64 hectare em banhado. Demais características conforme anexo XII.</p>	R\$3.155.200,00

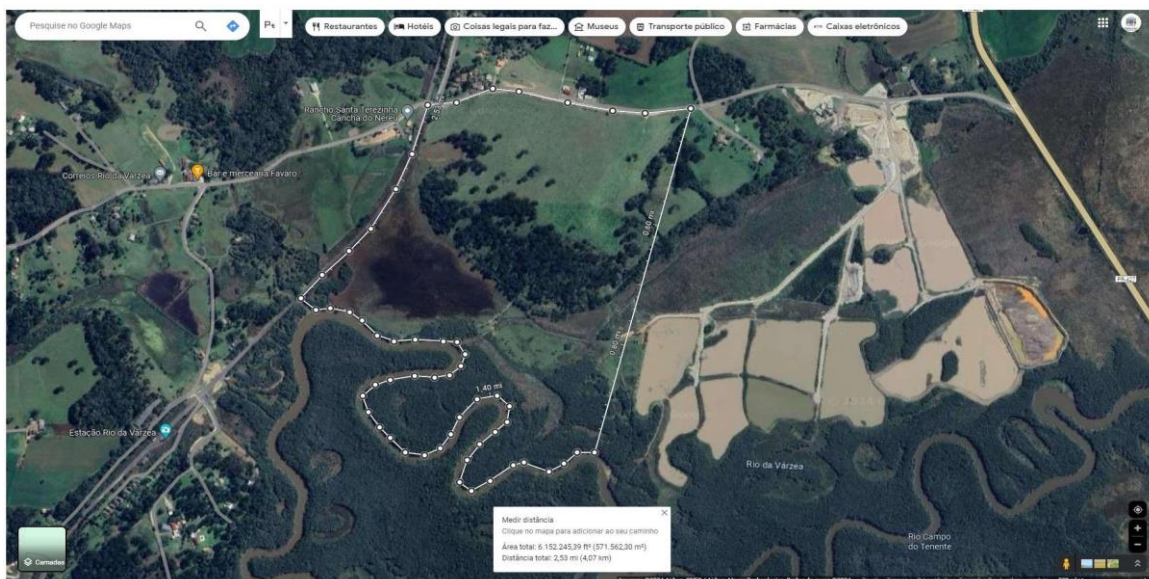


**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

Área Total com as duas matrículas – imagens ilustrativas



Área matrícula nº27968



Área matrícula nº27967





3. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA

3.1. O bem em questão é considerado inadequado para implantação de equipamentos de interesse público e sujeitos a ações indesejadas de invasores, tratando-se de imóvel que exige dispêndios financeiros com manutenção e conservação, serviços e recursos esses que poderão ser destinados a atividades mais importantes e urgentes do ponto de vista da efetividade da gestão municipal. Não há destinação pública prevista para o Imóvel em questão, não havendo motivo para que permaneçam integrados ao patrimônio imobiliário municipal, a alienação permite que a administração pública se desfaça de bens que não são mais necessários ou que não estejam sendo utilizados, gerando assim recursos financeiros que podem ser reinvestidos em áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

3.3. Alienação autorizada nos termos e condições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1. Alienação mediante Leilão Público, modalidade está prevista na Lei nº 14.133/2021, art. 28, IV, e no capítulo V do Decreto Municipal Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023).

5. DA FORMAÇÃO DE PREÇO

5.1. Os critérios para definição do valor constam do Laudo de Avaliação da Comissão Permanente de Avaliação e conforme dados de georeferenciamento já existente na matrícula e documentos usados para tal.

Foi considerado a areal de plantio e floresta nativa disponível de cada matrícula, sendo:

Matrícula 27.967:

Sabendo que 1 alqueire é igual a 2,42 hectare, temos:

Área de plantio: 10,24 hectares($10,24\text{hectare}/2,42= 4,22\text{alqueires}$ x R\$280.000,00 = R\$1.181.600,00)

Área de floresta nativa: 23,14 hectares:($23,14\text{hectere}/ 2,42= 9,56\text{alqueires}$ x R\$90.000,00= R\$860.400,00)

Matrícula 27.968:

Área de plantio: 8,91 hectare ($8,91/2,42 = 3,68\text{alq}$ * R\$280.000,00 = R\$1.030.400,00

Área de floresta nativa: 2,24 hectare ($2,24/2,42 = 0,92\text{alq}$ x R\$90.000,00 R\$82.800,00

6. DO VALOR

6.1. O valor mínimo do lance para o lote único foi definido em R\$3.155.200,00 (três milhões, cento e cinquenta e cinco mil e duzentos reais) para os imóveis de matrícula nº27.967 e nº27.968, conforme Laudo de Avaliação anexo e dados de georeferenciamento já existente na matrícula e documentos usados para tal.

7. PRAZO DE CONTRATO E REAJUSTE

7.1. Após alienados os imóveis, o arrematante, deverá cumprir com as exigências legais do Cartório de Registro de Imóveis para a lavratura e registro da Escritura Pública de Compra e Venda no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato. A vigência do Contrato será até se findar a transferência do imóvel para o comprador, no prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato, considerando o item 7.2.



7.2. Mediante requerimento fundamentado poderá ser concedida a prorrogação de prazo para lavratura e registo da Escritura Pública de Compra e Venda, por tempo não superior ao dobro do prazo definido no item 7.1, ficando a critério do Município da Lapa-PR o seu deferimento ou não.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não haverá despesas para a Administração, haja vista que toda a documentação de transferência do imóvel deverá ser custeada pelo arrematante.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA

Não se aplica

10. DAS OBRIGAÇÕES DA ARREMATANTE

10.1. Providenciar o pagamento do bem arrematado no prazo e condições estabelecidas no Edital.

10.2. Manter atualizadas as informações cadastrais até a transferência definitiva do imóvel, comunicando a Divisão Contábil Patrimonial da Secretaria Municipal de Administração eventuais alterações de número de telefone ou de endereço.

10.3. Arcar com os custos dos serviços e despesas necessárias e inerentes à transferência do imóvel arrematado, inclusive o pagamento das despesas decorrentes de impostos, registros, demarcações e outras incidentes sobre o bem leiloado, não cabendo ao Município nenhuma responsabilidade quanto a estes eventuais serviços e respectivas despesas, sendo a venda feita Ad Corpus, não cabendo ao arrematante invocar, a qualquer tempo, diferença nas dimensões do imóvel arrematado.

10.4. Apresentar à Divisão Contábil Patrimonial da Secretaria Municipal de Administração, depois de efetivado o registro do título translativo no Registro de Imóveis competente, cópia da matrícula atualizada para fins de fundamentar a baixa patrimonial do bem arrematado e outras anotações cadastrais pertinentes.

10.5. Cumprir todas as exigências definidas neste termo de referência e edital.

10.6. Caso o comprador não cumpra com o prazo estabelecido para transferência do imóvel, o contrato será rescindido, podendo o comprador sofrer penalidades conforme legislação em vigor.

10.7. OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR

10.7.1. Fornecer toda a documentação exigida e necessária para que se cumpra a transferência do imóvel pelo comprador.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Será declarado vencedor o participante que oferecer o maior lance para o Lote único apresentado, igual ou superior ao valor mínimo estabelecido, durante o leilão, para pagamento à vista em até 48h após o recebimento do Termo de Compromisso de Arrematação.

11.2. Os documentos autorizando a transferência do bem arrematado somente serão fornecidos depois de confirmado pela Secretaria Municipal da Fazenda o pagamento do valor devido.

11.3. Encerrada a sessão de leilão será emitido o Documento de Arrecadação Municipal - DAM, no valor arrematado, sendo concedido o prazo de 48 horas para o pagamento.

12. FRAUDE DE ANTI-CORRUPÇÃO

12.1. Os licitantes e o arrematante devem observar e fazer observar o mais alto padrão



de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2. Para os propósitos do item 12.1., definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluída**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Não se aplica à modalidade de leilão a designação de gestor e fiscal. Contudo, a Divisão Contábil Patrimonial da Secretaria Municipal de Administração será o órgão responsável pelos procedimentos necessários até o encerramento do pretendido leilão, respeitadas as atribuições exclusivas da Divisão de Licitações.

13.2. A Divisão Contábil Patrimonial prestará o apoio necessário a realização de todas as etapas do leilão, em especial no que tange à documentação do imóvel e outras providências patrimoniais, através do servidor Evandro Roberto de Siqueira, telefone: 41 3547-8000, e-mail: patrimoniolapa10@gmail.com.

14. DO PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

14.1. O leilão será realizado em reunião aberta ao público em data, local e horário a ser definida pela Divisão de Licitações da Secretaria Municipal de Administração.

14.2. Fica designado como Leiloeiro Administrativo o servidor público municipal e Agente de Contratação, Bruno Goll Zeve, conforme decreto nº 27941 de 17 de julho de 2024.

15. DOS LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – SE FOR O CASO.

Não se aplica

Lapa, 28 de setembro de 2024.

Assinado digitalmente por:
EVANDRO ROBERTO DE SIQUEIRA
02/12/2024 13:47:16
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Evandro Roberto de Siqueira

Divisão Contábil Patrimonial

Assinado digitalmente por:
CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
02/12/2024 13:46:36
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Carlos Andre Schaphauser Martins Silva

Secretário Municipal de Administração



ANEXO II

LEILÃO Nº 001/2024

TERMO DE COMPROMISSO DE ARREMATÇÃO

_____, arrematante inscrito no Leilão nº 001/2024 da Prefeitura Municipal da Lapa (cpf ou cnpj) nº _____, RG nº _____, declaro para os devidos fins de direito ter arrematado o Lote nº _____, pelo valor de R\$ _____ (_____), comprometendo-me a efetuar o pagamento conforme estabelecido no Edital do referido Leilão, através do Documento de Arrecadação Municipal, tendo plena ciência das obrigações ora assumidas.

Lapa, ____ de ____ de 2024.

Arrematante

Bruno Goll Zeve
Leiloeiro



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

ANEXO III

LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2024

FICHA DE INSCRIÇÃO PESSOA FÍSICA

Nome:	
RG:	CPF:
CNH:	
Endereço Residencial:	
Cidade:	UF:
Telefone Fixo:	
Telefone Celular:	
E-mail:	



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FUNCIONAL COM O PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL – PESSOA FÍSICA**

A (o) proponente _____, portador da
carteira de identidade nº _____ e do CPF nº
_____, **DECLARA**, especialmente para o **EDITAL DE LEILÃO Nº
001/2024**, que não faz parte do quadro de funcionários Públicos do Município da Lapa,
membros da Comissão Especial de Avaliação, e membros da Comissão Permanente de
Licitação da Prefeitura Municipal da Lapa.

Lapa-PR, ____ de _____ de 2024.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO – PESSOA FÍSICA

_____, residente na
_____, declara
conhecer e aceitar as condições contidas no edital do leilão público acima indicado, tendo
ciência da legislação reguladora da matéria, especialmente a Lei federal n.º 14.133, de 1º
de abril de 2021, e da Lei Municipal nº 4.287 de 03 de setembro de 2024.

Lapa/PR, ____ de _____ de 2024.



ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS CONFEREM COM OS ORIGINAIS –
PESSOA FÍSICA**

Eu, _____, portador do RG Nº
_____, CPF _____, residente e

Domiciliado na

_____, declara
que os documentos por minha pessoa apresentados correspondem fielmente aos
originais, responsabilizando-me, civil e criminalmente, pela declaração fornecida.

Lapa-PR, ____ de _____ de 2024.



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

ANEXO VII

LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2024

FICHA DE INSCRIÇÃO PESSOA JURÍDICA

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
Nome Fantasia:	
Telefone:	
Endereço Comercial:	
Cidade:	UF:
E-mail:	

PESSOA FÍSICA REPRESENTANTE

Nome:	
RG:	CPF:
CNH:	
Endereço Residencial:	
Cidade:	UF: PR
Telefone Fixo:	
Telefone Celular:	
E-mail:	



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

ANEXO VIII

LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2024

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FUNCIONAL COM O PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL – PESSOA JURÍDICA**

A (o) proponente _____, inscrita
no CNPJ/CPF nº _____, por intermédio de seu representante
legal (se for o caso) o Sr _____, portador da carteira de identidade
nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**,
especialmente para o **EDITAL DE LEILÃO Nº 001/ 2024**, que não faz parte do quadro de
funcionários Públicos do Município da Lapa, membros da Comissão Especial de
Avaliação, e membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal da
Lapa.

Lapa-PR, ____ de _____ de 2024.



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

_____, com endereço na
_____, por seu
representante legal _____, declara conhecer e aceitar as
condições contidas no edital do leilão público acima indicado, tendo ciência da legislação
reguladora da matéria, especialmente a Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e
da Lei Municipal nº 4.287 de 03 de setembro de 2024.

Lapa/PR, _____ de _____ de 2024.

Proprietário/Representante legal



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

ANEXO X

**DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS CONFEREM COM OS ORIGINAIS –
PESSOA JURÍDICA**

Eu, _____, portador do RG Nº
_____, residente e domiciliado na
_____, proprietário/representante da
empresa _____, inscrita
no CNPJ sob Nº nº _____ sito na _____

CIDADE:

_____, declaro que os documentos por minha
pessoa apresentados correspondem fielmente aos originais, responsabilizando-me, civil e
criminalmente, pela declaração fornecida.

Lapa-PR, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do proprietário/representante



ANEXO XI

MINUTA DE TERMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº

...../2024, QUE FAZEM ENTRE SI A

MUNICÍPIO DA LAPA/PR, POR

INTERMÉDIO DO (A)

..... E O (A)

COMPRADOR SR (A)

O MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.020.452/0001-05, com sede administrativa na cidade da Lapa, Estado do Paraná, na Praça Mirazinha Braga, nº 87, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Administração (nomeado pelo Decreto Municipal nº 26216, de 29.07.2022 e conforme o Decreto Municipal nº 24.319/2019, de 28.11.2019), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, brasileiro, solteiro, Administrador, portador da CIRG nº 12300733-6/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 058.122.469-80, residente e domiciliado à Rua 13 de maio, nº 49, Centro, Lapa-PR, CEP 83750-000, doravante denominado **VENDEDOR**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante denominado **COMPRADOR**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Digital nº 10705/2024 e nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.287 de 03 de setembro de 2024, do Decreto Municipal nº 26.815, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 21.237, art. 5º, inciso IV, de 24 de março de 2015, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, de Compra e Venda, decorrente do Edital de Leilão nº. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio público da Prefeitura da Lapa – PR, conforme especificações no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

LOTE	DESCRIÇÃO IMÓVEL	VALOR
01	<ul style="list-style-type: none">- Terreno Rural com matrícula nº27.967 situado na Localidade do Rio da Várzea, com área de 451.419,00m², ou seja, 18 alqueires, 26 litros e 89,00m², ou ainda 45,1419ha, distribuído em 10,24 hectares de área de plantio, 23,14 hectares de floresta nativa, 3,43 hectare de pastagem e 8,33 hectare de banhado.- Terreno Rural com Matrícula nº 27.968 situado na Localidade do Rio da Várzea, com área de 137.951,00m², ou seja, 05 alqueires, 28 litros e 11,00m², ou ainda, 13,7951ha. Distribuídos em 8,91 hectare de plantio, 2,24 hectare de floresta nativa e 2,64 hectare em banhado.	R\$

1.2. Os bens, objeto deste contrato, será vendido no estado e condições que se encontram, pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelo **COMPRADOR**, não cabendo qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades e condições intrínsecas.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



- 1.3.2. O Edital do Leilão;
- 1.3.3. A Proposta vencedora;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

2.1. A Divisão Contábil Patrimonial da Secretaria Municipal de Administração será o órgão responsável pelos procedimentos necessários até o encerramento do pretendido leilão, respeitadas as atribuições exclusivas da Divisão de Licitações.

2.1.1. A Divisão Contábil Patrimonial prestará o apoio necessário a realização de todas as etapas do leilão, em especial no que tange à documentação do imóvel e outras providências patrimoniais, através do servidor Evandro Roberto de Siqueira, telefone: 41 3547-8000, e-mail: patrimoniolapa10@gmail.com.

3. CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O preço da venda é de R\$ (), equivalente ao valor de arrematação do lote....., pago, conforme comprovante(s) de pagamento(s) (), bem como a Carta de Arrematação nº , emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda, constantes do processo em epígrafe, pelo que dá ao COMPRADOR o direito da posse e propriedade sobre o bem adquirido.

3.2. No valor do item 3.1 não estão incluídas despesas adicionais do contratado relativas ao lote, como taxas cartorárias, impostos ou quaisquer outros gastos relativos ao lote arrematado.

3.3. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA TRANFERÊNCIA DEFINITIVA DO BEM

4.1. O COMPRADOR terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data de assinatura do contrato, para providenciar a escritura definitiva de compra e venda do imóvel.

4.2. A escritura pública definitiva de compra e venda será lavrada de comum acordo entre as partes, deverá ser utilizado Cartórios localizado na Comarca da situação do imóvel. De seus termos constarão, pelo menos, as cláusulas presentes neste contrato, além de outras impostas pelo Cartório ou que as partes hajam por bem incluir, porém desde que em absoluta conformidade com o regime legal licitatório.

4.3. Tratando-se de imóvel que necessite de desmembramento, remembramento, retificação, averbação de construção ou demolição e tudo mais necessário à legalização do imóvel (edificações, benfeitorias e terreno), todas as despesas decorrentes desta, junto ao cartório imobiliário, correrão por conta do COMPRADOR.

4.4. Após alienados os imóveis, o COMPRADOR, deverá cumprir com as exigências legais do Cartório de Registro de Imóveis para a lavratura e registro da Escritura Pública de Compra e Venda no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato. A vigência do Contrato será até se findar a transferência do imóvel para o comprador, no prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato, considerando o item 4.5.

4.5. Mediante requerimento fundamentado poderá ser concedida a prorrogação de prazo para lavratura e registro da Escritura Pública de Compra e Venda, por tempo não superior ao dobro do prazo definido no item 7.1, ficando a critério do Município da Lapa-PR o seu deferimento ou não.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES



5.1. Todos os participantes do Leilão estarão sujeitos ao artigo 335 do Código Penal Brasileiro:

“Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida”.

5.2. Os participantes que descumprirem as cláusulas deste edital e que praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação terá seus direitos cessados para participar da Hasta Pública, com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e Regulamento de Processo Sancionatório Municipal.

6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR

6.1. Providenciar o pagamento do bem arrematado no prazo e condições estabelecidas no Edital;

6.2. Manter atualizadas as informações cadastrais até a transferência definitiva do imóvel, comunicando a Divisão Contábil Patrimonial da Secretaria Municipal de Administração eventuais alterações de número de telefone ou de endereço.

6.3. Arcar com os custos dos serviços e despesas necessárias e inerentes à transferência do imóvel arrematado, inclusive o pagamento das despesas decorrentes de impostos, registros, demarcações e outras incidentes sobre o bem leiloadado, não cabendo ao Município nenhuma responsabilidade quanto a estes eventuais serviços e respectivas despesas, sendo a venda feita Ad Corpus, não cabendo ao arrematante invocar, a qualquer tempo, diferença nas dimensões do imóvel arrematado.

6.4. Apresentar à Divisão Contábil Patrimonial da Secretaria Municipal de Administração, depois de efetivado o registro do título translativo no Registro de Imóveis competente, cópia da matrícula atualizada para fins de fundamentar a baixa patrimonial do bem arrematado e outras anotações cadastrais pertinentes.

6.5. Cumprir todas as exigências definidas neste contrato e no edital.

6.6. Será de inteira responsabilidade do COMPRADOR, a partir da data da arrematação do imóvel, as despesas com escritura, registro, averbação, impostos de transmissão, taxas, emolumentos, e todas as demais despesas necessárias e indispensáveis à sua transferência.

6.7. Também correrão por conta do COMPRADOR, a partir da arrematação, despesas com energia elétrica, água, condomínio e todos os tributos incidentes sobre o imóvel a ser alienado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR

7.1. Fornecer toda a documentação exigida e necessária para que se cumpra a transferência do imóvel pelo comprador.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9. CLAUSULA NONA - FRAUDE DE ANTI-CORRUPÇÃO

9.1. Os licitantes e o arrematante devem observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

9.2. Para os propósitos do item 12.1., definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro



multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes;

10.2. Caso o comprador não cumpra com o prazo estabelecido para transferência do imóvel, o contrato será rescindindo, podendo o comprador sofrer penalidades conforme legislação em vigor

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

11.1. Os casos omissos serão decididos pelo VENDEDOR, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao VENDEDOR divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO (art. 92, §1º)

13.1. Fica eleito o Foro da Justiça da Comarca da Lapa/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lapa, de de 2024.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Representante legal do VENDEDOR

.....
COMPRADOR

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF: _____

2- _____
CPF: _____

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (conforme Anexo I do Edital)



ANEXO

XII

**CERTIDÃO NEGATIVA
DE ÔNUS REAIS**

CNM 083683.2.0027967-48

REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Amintas de Barros, 251

OFICIAL:

ANTONIO CLARET BUENO

CPF 685.313.039-15

LAPA - PARANÁ

"LIVRO NÚMERO DOIS"

REGISTRO GERAL

27.967

Matrícula Nº

FICHA

Registro

RUBRICA

PROTOCOLO Nº.107.253, DE 01/FEVEREIRO/2016. IDENTIFICAÇÃO:- O TERRENO RURAL com a área de 451.419,00m², ou seja, 18 alqueires, 26 litros e 89,00m², ou ainda, 45,1419ha, situado no lugar denominado "RIO DA VARZEA", neste Município e Comarca de Lapa PR, com a seguinte descrição de divisas e confrontações:- O perímetro tem início no VÉRTICE: CGD-M-11012, (Longitude: -49°43'56,262", Latitude: -25°55'25,034" e Altitude: 813,81 m), deste segue confrontando com Empresa Sul Americana de Transportes em Ônibus Ltda., no Azimute: 189°32' e Distância: 958,85 m, daí até o VÉRTICE: CGD-M-11013, (Longitude: -49°44'01,978", Latitude: -25°55'55,756" e Altitude: 781,17 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 323°14' e Distância: 36,92 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31006, (Longitude: -49°44'02,772", Latitude: -25°55'54,795" e Altitude: 785,11 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 308°47' e Distância: 39,7 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31007, (Longitude: -49°44'03,884", Latitude: -25°55'53,987" e Altitude: 781,66 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 285°43' e Distância: 25,56 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31008, (Longitude: -49°44'04,768", Latitude: -25°55'53,762" e Altitude: 782,46 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 254°48' e Distância: 26,79 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31009, (Longitude: -49°44'05,697", Latitude: -25°55'53,990" e Altitude: 781,74 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 230°07' e Distância: 56,03 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31010, (Longitude: -49°44'07,242", Latitude: -25°55'55,157" e Altitude: 781,42 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 260°45' e Distância: 17,62 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31011, (Longitude: -49°44'07,867", Latitude: -25°55'55,249" e Altitude: 783,76 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 286°39' e Distância: 82,97 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31012, (Longitude: -49°44'10,723", Latitude: -25°55'54,476" e Altitude: 781,97 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 246°26' e Distância: 23,65 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31013, (Longitude: -49°44'11,502", Latitude: -25°55'54,783" e Altitude: 782,93 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 229°14' e Distância: 99,67 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31014, (Longitude: -49°44'14,215", Latitude: -25°55'56,897" e Altitude: 786,49 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 272°42' e Distância: 32,63 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31015, (Longitude: -49°44'15,386", Latitude: -25°55'56,847" e Altitude: 781,14 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 328°28' e Distância: 22,67 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31016, (Longitude: -49°44'15,812", Latitude: -25°55'56,219" e Altitude: 781,31 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 21°38' e Distância: 85,86 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31017, (Longitude: -49°44'14,674", Latitude: -25°55'53,626" e Altitude: 788,17 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 52°31' e Distância: 86,82 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31018, (Longitude: -49°44'12,198", Latitude: -25°55'51,910" e Altitude: 782,92 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 28°19' e Distância: 36,43 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31019, (Longitude: -49°44'11,577", Latitude: -25°55'50,868" e Altitude: 783,64 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 355°17' e Distância: 32,89 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31020, (Longitude: -49°44'11,674", Latitude: -25°55'49,803" e Altitude: 781,66 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 315°14' e Distância: 36,24 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31021, (Longitude: -49°44'12,591", Latitude: -25°55'48,967" e Altitude: 783,44 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 265°06' e Distância: 34,61 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31022, (Longitude: -49°44'13,830", Latitude: -25°55'49,063" e Altitude: 781,78 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 226°33' e Distância: 85,05 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31023, (Longitude: -49°44'16,049", Latitude: -25°55'50,963" e Altitude: 781,02 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 208°23' e Distância: 78,89 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31024, (Longitude: -49°44'17,397", Latitude: -25°55'53,218" e Altitude: 780,98 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 241°06' e Distância: 53,21 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31025, (Longitude: -49°44'19,071", Latitude: -25°55'54,053" e Altitude: 785,6 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 273°32' e Distância: 32,4 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31026, (Longitude: -49°44'20,233", Latitude: -25°55'53,988" e Altitude: 784,37 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 302°27' e Distância: 37,67 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31027, (Longitude: -49°44'21,375", Latitude: -25°55'53,331" e Altitude: 783,89 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 322°49' e Distância: 118,66 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31028, (Longitude: -49°44'23,951", Latitude: -25°55'50,259" e Altitude: 783,83 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 348°41' e Distância: 33,9 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31029, (Longitude: -49°44'24,190", Latitude: -25°55'49,179" e Altitude: 781,84 m), deste segue confrontando com Rio da Varzea, no Azimute: 34°28' e Distância: 30,28 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31030, (Longitude: -49°44'23,574", Latitude: -25°55'48,368" e

Segue no verso





Continuação

Altitude: 788,27 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 74°24' e Distância: 94,92 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31031, (Longitude: -49°44'20,289", Latitude: -25°55'47,539" e Altitude: 784,2 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 90°49' e Distância: 94,74 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31032, (Longitude: -49°44'16,885", Latitude: -25°55'47,583" e Altitude: 790,48 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 63°41' e Distância: 19,37 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31033, (Longitude: -49°44'16,261", Latitude: -25°55'47,304" e Altitude: 779,9 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 41°29' e Distância: 15,21 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31034, (Longitude: -49°44'15,899", Latitude: -25°55'46,934" e Altitude: 781,04 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 22°31' e Distância: 22,96 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31035, (Longitude: -49°44'15,583", Latitude: -25°55'46,245" e Altitude: 781,78 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 354°19' e Distância: 23,94 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31036, (Longitude: -49°44'15,668", Latitude: -25°55'45,471" e Altitude: 782,28 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 313°09' e Distância: 27,05 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31037, (Longitude: -49°44'16,377", Latitude: -25°55'44,870" e Altitude: 782,1 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 289°40' e Distância: 50,54 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31038, (Longitude: -49°44'18,087", Latitude: -25°55'44,317" e Altitude: 780,77 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 270°34' e Distância: 37,02 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31039, (Longitude: -49°44'19,417", Latitude: -25°55'44,305" e Altitude: 781,85 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 263°43' e Distância: 49,5 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31040, (Longitude: -49°44'21,185", Latitude: -25°55'44,481" e Altitude: 781,47 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 276°04' e Distância: 26,14 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31041, (Longitude: -49°44'22,119", Latitude: -25°55'44,391" e Altitude: 780,81 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 295°14' e Distância: 12,92 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31042, (Longitude: -49°44'22,539", Latitude: -25°55'44,212" e Altitude: 781,14 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 307°16' e Distância: 83,7 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31043, (Longitude: -49°44'24,932", Latitude: -25°55'42,565" e Altitude: 781,77 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 297°39' e Distância: 36,01 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31044, (Longitude: -49°44'26,078", Latitude: -25°55'42,022" e Altitude: 782,48 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 286°19' e Distância: 21,58 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31045, (Longitude: -49°44'26,822", Latitude: -25°55'41,825" e Altitude: 782,97 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 274°21' e Distância: 23,89 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31046, (Longitude: -49°44'27,678", Latitude: -25°55'41,766" e Altitude: 781,58 m), deste segue confrontando com Rio da Várzea, no Azimute: 265°55' e Distância: 19,48 m, daí até o VÉRTICE: CGD-M-11014, (Longitude: -49°44'28,376", Latitude: -25°55'41,811" e Altitude: 781,55 m), deste segue confrontando com CNS: 08.368-3 | Mat. 6.143, no Azimute: 56°24' e Distância: 909,9 m, daí até o VÉRTICE: CGD-M-11017, (Longitude: -49°44'01,143", Latitude: -25°55'25,454" e Altitude: 820,99 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 94°21' e Distância: 36,43 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15331, (Longitude: -49°43'59,838", Latitude: -25°55'25,544" e Altitude: 821,47 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 87°14' e Distância: 21,73 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15332, (Longitude: -49°43'59,058", Latitude: -25°55'25,510" e Altitude: 820,35 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 74°55' e Distância: 36,2 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15333, (Longitude: -49°43'57,802", Latitude: -25°55'25,204" e Altitude: 817,33 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 83°05' e Distância: 30,22 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15334, (Longitude: -49°43'56,724", Latitude: -25°55'25,086" e Altitude: 813,02 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 82°54' e Distância: 12,96 m, até o VÉRTICE: CGD-M-11012, ponto inicial do perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciadas ao Sistema Geodésico Local SGL-SIGEF. Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso Puissant. Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, conforme certificação 8ce9af4f-e4e1-40a2-8b0e-c02dda79c85e ART CREA n°. 20154917712 PR, devidamente recolhida. Responsável Técnico Solanjo Antonio Gertler (CREA PR 73815/TD/PR). Imóvel cadastrado no INCRA sob n°. 705.020.008.095-8 com A.T. de 145,5000 ha e codificado na Receita Federal sob n°. 2.421.943-6 com A.T. de 145,5ha. Registro no CAR: PR-4113205.1885.68D6.7060.467D.85DD.359D.B540.6E10. **PROPRIETÁRIO:- EMPRESA SUL AMERICANA DE TRANSPORTES DE ÔNIBUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF

Continua



FICHA
2
Imóveis

RUBRICA

Matrícula Nº 27.967

Continuação

76.488.915/0001-50, com sede em Curitiba Pr, no km 02, na BR 277, Rodovia do Café, nº.1875.
REGISTRO ANTERIOR:- R.01 feito na Matrícula nº.14.396 ficha nº.01, do Livro nº.02, de Registro Geral, deste Ofício. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 08 DE MARÇO DE 2.016. A ESCRIVENTE:- (Michele Ramos Augustinhak). Cota 30,00 VRC - R\$.5,46.

R.01/27.967 - PROTOCOLO Nº.107.253, DE 01/FEVEREIRO/2016: DESAPROPRIAÇÃO:- Nos termos do Mandado de Registro expedido pelo Auxiliar Juramentado do Cartório do Cível e Anexos desta Comarca, Pablo Maciel Correa (autorizado conforme portaria 19/2013), em 28/01/2016, extraído dos autos nº.0002083-33.2012.8.16.0103 de Desapropriação proposta pelo Município da Lapa contra Empresa Sul Americana de Transportes de Ônibus Ltda (CNPJ/MF 76.488.915/0001-50), - cuja ação foi julgada procedente por sentença proferida pela M.M. Juíza de Direito da Comarca a Exmª. Srª. Drª. Carolina Fontes Vieira, em data de 08/11/2012, transitada em julgado em 14/12/2012, e decisão de fls. 107 proferida pela M.M. Juíza de Direito da Comarca a Exmª. Srª. Drª. Viviane Cristina Dietrich, o terreno da presente matrícula, foi **DECLARADO DESAPROPRIADO** em favor do **MUNICÍPIO DA LAPA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Mirazinha Braga, nº.87, nesta cidade de Lapa PR, inscrita no CNPJ nº.76.020.452/0001-05, mediante a indenização de R\$.78.300,56 (setenta e oito mil, trezentos reais e cinquenta e seis centavos), para nele ser feita a **implantação de Zona Industrial do Rio da Várzea**. Apresentada a este Ofício ART CREA nº. 20154917712 PR. Imune de ITBI conforme art.150, VI, A da Constituição Federal de 1988. Isento de FUNREJUS. Apresentados a este Ofício Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2010/2011/2012/2013/2014, comprovante dos ITRs quitados, através de Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Negativa do IAP nº.1197576, e, CAR PR-4113205.1885.68D6.7060.467D.85DD.359D.B540.6E10 na situação de ativo. Consulta ao CNIB para o CNPJ 76.488.915/0001-50 de EMPRESA SUL AMERICANA DE TRANSPORTES EM ONIBUS LTDA - ME (SULAMERICANA) na data 04/03/2016 às 16:55:32. Relatório de Disponibilidade Positivo - Hash -4cbf.7894.b384.9cd1.d0a6.f61d.c4c3.da43.2007.3eb4; para o CNPJ 76.020.452/0001-05 de MUNICÍPIO DA LAPA (LAPA PREF GABINETE DO PREFEITO) na data 04/03/2016 às 16:54:17. Relatório de Disponibilidade Negativo - Hash - e41a.b06c.69d3.5b4c.2c8d.2748.cdd2.73a3.9abd.07d5. A DOI a SRF será emitida por este Serviço Registral. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 08 DE MARÇO DE 2.016. A ESCRIVENTE:- (Michele Ramos Augustinhak). Cota: Registro 4.312,00 VRC (R\$.784,78).

R.02/27.967 - PROTOCOLO Nº.109.182, DE 24/AGOSTO/2016:- AQUISIÇÃO:- O TERRENO da presente matrícula, havido pelo R.01 supra, cadastrado no INCRA sob nº.999.946.191.876-0 com A. T. de 45,1419ha, e codificado na Receita Federal sob nº.8.744.965-0 com A.T. de 45,1ha, com os ITRs quitados, foi pela proprietária transmitido, como se registra. **ADQUIRENTE:- MD PAPÉIS LTDA**, pessoa jurídica, com capital nacional, com sede à Rua Gomes de Carvalho, 1306, 8º andar, conjunto 81, Bairro Vila Olímpia, São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº.72.907.595/0001-74. **TRANSMITENTE:- MUNICÍPIO DA LAPA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Mirazinha Braga, nº 87, Lapa PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº.76.020.452/0001-05, no ato contratual representado por sua Prefeita Municipal LEILA AUBRIFT KLENK, brasileira, casada, engenheira agrônoma, nascida em 09/09/1965, portadora da CIRG nº 3.707.456-0 SSP PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 529.075.549-72, residente e domiciliada na Rua Barão do Rio Branco, nº 1894, nesta cidade de Lapa PR. **TÍTULO:-** Compra e venda. **FORMA DO TÍTULO:-** Escritura pública, lavrada em data de 24 de agosto de 2016, às fls.040/047 do Livro nº.0471-E, do Tabelionato desta Cidade, mediante a Certidão Negativa de Ônus Reais, Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias, Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em nome de Município da Lapa, emitida em 21/07/2016, válida até 17/01/2017, devidamente confirmada por este Ofício; Certidão Negativa Municipal nº. 025/2016; Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas (CPDT); Certidões de feitos ajuizados expedidas pela Justiça Federal 4ª Região, Justiça do Trabalho 9ª Região; Distribuidor desta Comarca, comprovante dos ITRs quitados; consulta ao CNIB. Foi pago o ITBI na quantia de R\$.8.740,58 (sobre o valor de R\$.349.623,27 por exigência do Fisco), conforme DAM/LAPA nº.2433/2016, constante da escritura. **VALOR:-** R\$.306.373,56 (trezentos e seis mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos) com plena e geral quitação. **CONDIÇÕES:-** a) De acordo com o Artigo 2º da Lei

Segue no verso



Continuação

Municipal nº.3.261, de 23/06/2016, que autorizou a venda da área, para possibilitar a adquirente a implantação de uma fábrica de papel cartão, - ficou condicionado que:- I) A adquirente deverá iniciar/ampliar o funcionamento de suas atividades econômicas no prazo máximo de 24 meses, contado da data de aprovação dos respectivos projetos de construção ou ampliação; II) Admitir trabalhadores residentes na Lapa, preferencialmente da região e os cadastrados na Agência do trabalhador, salvo a contratação de mão de obra especializada não existente no município; III) Comprovar que foram atendidas todas as condições de controle ambiental determinadas e exigidas pelos órgãos competentes; IV – Faturar no Município toda a produção de sua unidade aqui instalada; V – Não destinar ou utilizar seu imóvel para outros fins que não os constantes do ato da concessão de autorização de funcionamento da empresa; VI – Não alienar o imóvel, nem parte dele, estendendo-se esta obrigação pelo período de 15 (quinze) anos, contado a partir da transmissão da propriedade, salvo mediante autorização legislativa específica; VII – Fornecer ao poder Executivo Municipal, quando solicitada, toda a documentação necessária a apuração do cumprimento das exigências desta lei; VIII – cumprir todos os encargos ambientais, tributários, previdenciários e trabalhistas exigidos pelos órgãos e poderes legalmente constituídos; IX – cumprir os prazos constantes do cronograma de execução das obras e implantação do projeto com previsão de início das obras, integrantes da Proposta técnica apresentada no Chamamento Público nº.01/2012. § 1º - Na hipótese de alteração societária, os sucessores obrigam-se a cumprir o estabelecido no instrumento de alienação, solidariamente com a empresa e sócios originários; § 2º - deverão constar do instrumento público de alienação as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e reversibilidade; b) De acordo com o Art. 3º o não cumprimento das condições estabelecidas no art.2º, bem como a paralisação das atividades industriais por mais de 06 (seis) meses ou ainda a decretação de falência, deverão acarretar a rescisão do contrato de alienação, importando a perda da posse direta do imóvel em favor da Municipalidade, bem como de todas as importâncias que tenham sido pagas e as benfeitorias realizadas, não lhe assistindo quaisquer direitos a reclamações, retenções ou indenizações, devendo ainda, ser observado o disposto no artigo 18 da Lei Municipal nº.2460/2010; c) com as Cláusulas de Inalienabilidade, impenhorabilidade e reversibilidade, conforme Av.03 adiante. FUNREJUS - R\$699,25 (recolhido na lavratura da escritura). Apresentados a este Ofício Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2014/2013/2012/2011/2010, comprovante dos ITRs quitados, através de Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Negativa do IAP nº. 1243442, e CAR PR-4113205-1885.68D6.7060.467D.85DD.359D.B540.6E10 na situação de ativo. Consulta ao CNIB para o CPF 72.907.595/0001-74 de MD PAPEIS LTDA. (NICOLAUS) na data 14/09/2016 às 08:26:24. Relatório de Indisponibilidade Negativo - Hash - 72db.7f22.fe3a.5d33.1b54.4b97.dfc5.6d1c.397c.4435; para o CNPJ 76.020.452/0001-05 de MUNICÍPIO DA LAPA (LAPA PREF GABINETE DO PREFEITO) na data 14/09/2016 às 08:27:08. Relatório de Indisponibilidade Negativo - Hash - 0281.f1fa.2f0c.0fc0.71c1.6ff3.9e6a.0bad.3f23.0e43. A DOI a SRF será emitida por este Serviço Registral. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 16 DE SETEMBRO DE 2016. A ESCRIVENTE:- *Michele Ramos Augustinhak* (Michele Ramos Augustinhak). Cota: Registro 4.312,00 VRC - R\$784,78.

AV.03/27.967 - PROTOCOLO Nº.109.182, DE 24/AGOSTO/2016- CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE e REVERSIBILIDADE:- Conforme o constante da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em data de 24 de agosto de 2016, às fls.040/047 do Livro nº.0471-E, do Tabelionato desta Cidade, registrada sob o nº.02 retro e supra, - ficou consignado no artigo 2º, item IX, parágrafo 2º, que "o imóvel da presente matrícula", ficou gravado com as Cláusulas de "INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE e REVERSIBILIDADE". O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 16 DE SETEMBRO DE 2016. A ESCRIVENTE:- *Michele Ramos Augustinhak* (Michele Ramos Augustinhak). Cota: Av.60,00 VRC (R\$ 10,92).

AV.04/27.967 - PROTOCOLO Nº.134.261 DE 20/JUNHO/2023:- AVERBAÇÃO DE CANCELAMENTO DO R.02 e da AV.03:- Nos termos do requerimento feito a este Ofício pelo Município da Lapa, por sua procuradora Municipal Camila Milaneze Caneri, acompanhado do Decreto Municipal nº.26.565 de 09/12/2022,- PROCEDO o CANCELAMENTO do Registro da Compra e Venda constante do R.02 retro e supra, e da Av.03 supra. Em consequência RETORNA o imóvel da presente matrícula, ao patrimônio do requerente MUNICÍPIO DA LAPA CNPJ/MF nº.76.020.452

Continua



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

18

18

CNM 083683.2.0027967-48

FICHA
3
Registro de Imóveis
RUBRICA

Matricula Nº 27.967

Continuação

/0001-05. Referido cancelamento foi deferido conforme autos de Suscitação de Dúvida nº.0002782-38.2023.8.16.0103, por sentença proferida em 22/01/2024, pela M. M. Juíza de Direito da Vara de Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Lapa, a Exmª Srª Drª Bianca Bacchi Biseto. Consulta a CNIB. A DOI a SRF será emitida por este Serviço Registral. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 28 DE FEVEREIRO DE 2024. O OFICIAL: (Iwayr Machado). Cota: Av. 630,00 VRC R\$ 154,98 - ISS R\$ 7,75 - FUNDEP R\$ 7,75 - FUNREJUS 25% R\$ 38,74 - SELO R\$ 8,00 SFR12.L5hmv.Rzce3-yGOfD.F664q



FUNARPEN

SELO DE FISCALIZAÇÃO

SFR12.V5qxv.3bcM2

fw2fo.F664q

<https://selo.funarpen.com.br>

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE LAPA - PARANÁ

CERTIFICO a autenticidade desta,

como provinda de original arquivado

nesta serventia.

Custas

Buscas - com funrejus R\$12,45

Certidão de Ônus R\$38,55

SELO R12 (FUNARPEN) R\$8,00

SELO R13 (FUNARPEN) R\$3,75

Funrejus R\$ 12,75

Iss R\$ 2,55

Padep R\$ 2,55

TOTAL R\$ 80,60

O referido é verdade: dou fé.

Lapa, 04 de setembro de 2024.-

Iwayr Machado - Oficial - Certidão assinada digitalmente

Certifico que a presente Certidão é Negativa de Ônus Reais, e Negativa de Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias.

Segue no verso

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta
www.cri.org.br/confirmaAutenticidade o CNS: 08.368-3
e o código de verificação do documento: MTNAV1
Consulta disponível por 30 dias



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

EM BRANCO

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

Praça Mirazinha Braga, 87 - Centro
CEP 83.750-000 - (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

**CERTIDÃO NEGATIVA
DE ÔNUS REAIS**

CNM 083683.2.0027968-45

REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Amintas de Barros, 251
OFICIAL:

ANTONIO CLARET BUENO

CPF 685.313.039-15

LAPA - PARANÁ

"LIVRO NÚMERO DOIS"

REGISTRO GERAL

27.968

Matrícula Nº

FICHA

1

RUBRICA

PROTOCOLO Nº.107.253, DE 01/FEVEREIRO/2016. IDENTIFICAÇÃO:- O TERRENO RURAL com a área de 137.951,00m², ou seja, 05 alqueires, 28 litros e 11,00m², ou ainda, 13,7951ha, situado no lugar denominado "RIO DA VARZEA", neste Município e Comarca de Lapa PR, com a seguinte descrição de divisas e confrontações:- O perímetro tem início no VÉRTICE: CGD-V-15325, (Longitude: -49°44'11,243", Latitude: -25°55'23,545" e Altitude: 803,89 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 98°00' e Distância: 25,44 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15326, (Longitude: -49°44'10,338", Latitude: -25°55'23,660" e Altitude: 805,78 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 106°13' e Distância: 50,44 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15327, (Longitude: -49°44'08,598", Latitude: -25°55'24,118" e Altitude: 808,81 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 99°35' e Distância: 56,85 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15328, (Longitude: -49°44'06,584", Latitude: -25°55'24,426" e Altitude: 811,93 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 106°15' e Distância: 55,31 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15329, (Longitude: -49°44'04,676", Latitude: -25°55'24,929" e Altitude: 814,58 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 100°41' e Distância: 58,69 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15330, (Longitude: -49°44'02,604", Latitude: -25°55'25,283" e Altitude: 817,96 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 97°22' e Distância: 41,0 m, daí até o VÉRTICE: CGD-M-11017, (Longitude: -49°44'01,143", Latitude: -25°55'25,454" e Altitude: 820,99 m), deste segue confrontando com CNS: 08.368-3 | Mat. 14.396, no Azimute: 236°24' e Distância: 909,9 m, daí até o VÉRTICE: CGD-M-11014, (Longitude: -49°44'28,376", Latitude: -25°55'41,811" e Altitude: 781,55 m), deste segue confrontando com Rio do França, no Azimute: 304°00' e Distância: 25,15 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31047, (Longitude: -49°44'29,125", Latitude: -25°55'41,354" e Altitude: 782,83 m), deste segue confrontando com Rio do França, no Azimute: 295°02' e Distância: 14,25 m, daí até o VÉRTICE: CGD-P-31048, (Longitude: -49°44'29,589", Latitude: -25°55'41,158" e Altitude: 781,97 m), deste segue confrontando com Rio do França, no Azimute: 342°55' e Distância: 11,56 m, daí até o VÉRTICE: CGD-M-11015, (Longitude: -49°44'29,711", Latitude: -25°55'40,799" e Altitude: 781,31 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 42°34' e Distância: 211,42 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15308, (Longitude: -49°44'24,571", Latitude: -25°55'35,741" e Altitude: 787,05 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 42°03' e Distância: 20,69 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15309, (Longitude: -49°44'24,073", Latitude: -25°55'35,242" e Altitude: 786,84 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 39°09' e Distância: 23,14 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15310, (Longitude: -49°44'23,548", Latitude: -25°55'34,659" e Altitude: 786,95 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 37°18' e Distância: 25,58 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15311, (Longitude: -49°44'22,991", Latitude: -25°55'33,998" e Altitude: 786,81 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 35°02' e Distância: 29,62 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15312, (Longitude: -49°44'22,380", Latitude: -25°55'33,210" e Altitude: 786,68 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 32°00' e Distância: 28,35 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15313, (Longitude: -49°44'21,840", Latitude: -25°55'32,429" e Altitude: 787,12 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 28°13' e Distância: 29,31 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15314, (Longitude: -49°44'21,342", Latitude: -25°55'31,590" e Altitude: 786,24 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 29°12' e Distância: 25,21 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15315, (Longitude: -49°44'20,900", Latitude: -25°55'30,875" e Altitude: 786,89 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 25°03' e Distância: 34,04 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15316, (Longitude: -49°44'20,382", Latitude: -25°55'29,873" e Altitude: 786,61 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 21°56' e Distância: 32,62 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15317, (Longitude: -49°44'19,944", Latitude: -25°55'28,890" e Altitude: 786,73 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 18°49' e Distância: 31,31 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15318, (Longitude: -49°44'19,581", Latitude: -25°55'27,927" e Altitude: 787,09 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 16°18' e Distância: 32,01 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15319, (Longitude: -49°44'19,258", Latitude: -25°55'26,929" e Altitude: 787,36 m), deste segue confrontando com Linha Férrea (Área da União Federativa), no Azimute: 14°36' e Distância: 67,75 m, daí até o VÉRTICE: CGD-M-11016, (Longitude: -49°44'18,644", Latitude: -25°55'24,799" e Altitude: 787,59 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 95°46' e Distância: 20,17 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15320, (Longitude: -49°44'17,923", Latitude: -25°55'24,865" e Altitude: 789,23 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 84°54' e Distância: 18,39

Segue no verso

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta
www.cri.org.br/confirmaAutenticidade o CNS: 08.368-3
e o código de verificação do documento: 7M4DV3
Consulta disponível por 30 dias



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº
2.200-2 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente
IWAYR MACHADO
CPF: 44806868949 - 04/09/2024



Continuação

m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15321, (Longitude: -49°44'17,265", Latitude: -25°55'24,812" e Altitude: 790,75 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 69°20' e Distância: 70,05 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15322, (Longitude: -49°44'14,910", Latitude: -25°55'24,009" e Altitude: 797,59 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 75°57' e Distância: 28,29 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15323, (Longitude: -49°44'13,924", Latitude: -25°55'23,786" e Altitude: 800,16 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 82°40' e Distância: 54,3 m, daí até o VÉRTICE: CGD-V-15324, (Longitude: -49°44'11,989", Latitude: -25°55'23,561" e Altitude: 803,86 m), deste segue confrontando com Estrada Municipal, no Azimute: 88°38' e Distância: 20,77 m, até o VÉRTICE: CGD-V-15325, ponto inicial do perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciadas ao Sistema Geodésico Local SGL-SIGEF. Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso Puissant. Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, conforme certificação 131de82b-1f6e-40e7-8829-10d1637da847 ART CREA n.º 20154917712 PR, devidamente recolhida. Responsável Técnico Solanjo Antonio Gertler (CREA PR 73815/TD/PR). Imóvel cadastrado no INCRA sob n.º 816.094.070.190-9 com A.T. de 56,4000 ha e codificado na Receita Federal sob n.º 2.421.944-4 com A.T. de 56,4ha. Registro no CAR: PR-4113205.1885.68D6.7080.467D.85DD.359D.B540.6E10. **PROPRIETÁRIO:- EMPRESA SUL AMERICANA DE TRANSPORTES DE ÔNIBUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF 76.488.915/0001-50, com sede em Curitiba Pr, no km 02, na BR 277, Rodovia do Café, n.º 1875. **REGISTRO ANTERIOR:- R.02** feito na Matrícula n.º 8.143, ficha n.º 01, do Livro n.º 02, de Registro Geral, deste Ofício. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 08 DE MARÇO DE 2.016. A ESCRIVENTE:- *Michele Ramos Augustinhak* (Michele Ramos Augustinhak). Cota 30,00 VRC - R\$. 5,46.

R.01/27.968 - PROTOCOLO N.º 107.253, DE 01/FEVEREIRO/2016: DESAPROPRIAÇÃO:- Nos termos do Mandado de Registro expedido pelo Auxiliar Juramentado do Cartório do Cível e Anexos desta Comarca, Pablo Maciel Correa (autorizado conforme portaria 19/2013), em 28/01/2016, extraído dos autos n.º 0002083-33.2012.8.16.0103 de Desapropriação proposta pelo Município da Lapa contra Empresa Sul Americana de Transportes de Ônibus Ltda (CNPJ/MF 76.488.915/0001-50), - cuja ação foi julgada procedente por sentença proferida pela M.M. Juíza de Direito da Comarca a Exm.ª Sr.ª Dr.ª Carolina Fontes Vieira, em data de 08/11/2012, transitada em julgado em 14/12/2012, e decisão de fls. 107 proferida pela M.M. Juíza de Direito da Comarca a Exm.ª Sr.ª Dr.ª Viviane Cristina Dietrich, o terreno da presente matrícula, foi **DECLARADO DESAPROPRIADO** em favor do **MUNICÍPIO DA LAPA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Mirazinha Braga, n.º 87, nesta cidade de Lapa PR, inscrita no CNPJ n.º 76.020.452/0001-05, mediante a indenização de R\$. 78.300,56 (setenta e oito mil, trezentos reais e cinquenta e seis centavos), para nele ser feita a **implantação de Zona Industrial do Rio da Várzea**. Apresentada a este Ofício ART CREA n.º 20154917712 PR. Imune de ITBI conforme art.150, VI, A da Constituição Federal de 1988. Isento de FUNREJUS. Apresentados a este Ofício Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2010/2011/2012/2013/2014, comprovante dos ITRs quitados, através de Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Negativa do IAP n.º 1197576, e, CAR PR-4113205.1885.68D6.7060.467D.85DD.359D.B540.6E10 na situação de ativo. Consulta ao CNIB para o CNPJ 76.488.915/0001-50 de EMPRESA SUL AMERICANA DE TRANSPORTES EM ONIBUS LTDA - ME (SULAMERICANA) na data 04/03/2016 às 16:55:32. Relatório de Indisponibilidade Positivo - Hash -4cbf.7894.b384.9cd1.d0a6.f61d.c4c3.da43.2007.3eb4; para o CNPJ 76.020.452/0001-05 de MUNICÍPIO DA LAPA (LAPA PREF GABINETE DO PREFEITO) na data 04/03/2016 às 16:54:17. Relatório de Indisponibilidade Negativo - Hash - e41a.b06c.69d3.5b4c.2c8d.2748.cdd2.73a3.9abd.07d5. A DOI a SRF será emitida por este Serviço Registral. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 08 DE MARÇO DE 2.016. A ESCRIVENTE:- *Michele Ramos Augustinhak* (Michele Ramos Augustinhak). Cota: Registro 4.312,00 VRC (R\$. 784,78).

R.02/27.968 - PROTOCOLO N.º 109.183, DE 24/AGOSTO/2016:- AQUISIÇÃO:- O TERRENO da presente matrícula, havido pelo R.01 supra, cadastrado no INCRA sob n.º 999.946.192.031-4 com A.T. de 13,7951ha, e codificado na Receita Federal sob n.º 8.744.952-8 com A.T. de 13,8ha, com os

Continua



27.968
Matrícula Nº.....

Continuação

ITRs quitados, foi pela proprietária transmitido, como se registra. **ADQUIRENTE:- MD PAPÉIS LTDA**, pessoa jurídica, com capital nacional, com sede à Rua Gomes de Carvalho, 1306, 8º andar, conjunto 81, Bairro Vila Olímpia, São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 72.907.595/0001-74. **TRANSMITENTE:- MUNICÍPIO DA LAPA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Mirazinha Braga, nº 87, Lapa PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 76.020.452/0001-05, no ato contratual representado por sua Prefeita Municipal LEILA AUBRIFT KLENK, brasileira, casada, engenheira agrônoma, nascida em 09/09/1965, portadora da CIRG nº 3.707.456-0 SSP PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 529.075.549-72, residente e domiciliada na Rua Barão do Rio Branco, nº 1894, nesta cidade de Lapa PR. **TÍTULO:-** Compra e venda. **FORMA DO TÍTULO:-** Escritura pública, lavrada em data de 24 de agosto de 2016, às fls.048/055 do Livro nº.0471-E, do Tabelionato desta Cidade, mediante a Certidão Negativa de Ônus Reais, Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias, Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em nome de Município da Lapa, emitida em 21/07/2016, válida até 17/01/2017, devidamente confirmada por este Ofício; Certidão Negativa Municipal nº. 025/2016; Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas (CPDT); Certidões de feitos ajuizados expedidas pela Justiça Federal 4ª Região, Justiça do Trabalho 9ª Região; Distribuidor desta Comarca, comprovante dos ITRs quitados; consulta ao CNIB. Foi pago o ITBI na quantia de R\$.2.671,07 (sobre o valor de R\$.106.842,82 por exigência do Fisco), conforme DAM/LAPA nº.2432/2016, constante da escritura. **VALOR:-** R\$.93.626,44 (noventa e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos) com plena e geral quitação. **CONDIÇÕES:-** a) De acordo com o Artigo 2º da Lei Municipal nº.3.261, de 23/06/2016, que autorizou a venda da área, para possibilitar a adquirente a implantação de uma fábrica de papel cartão, - ficou condicionado que:- I) A adquirente deverá iniciar/ampliar o funcionamento de suas atividades econômicas no prazo máximo de 24 meses, contado da data de aprovação dos respectivos projetos de construção ou ampliação; II) Admitir trabalhadores residentes na Lapa, preferencialmente da região e os cadastrados na Agência do trabalhador, salvo a contratação de mão de obra especializada não existente no município; III) Comprovar que foram atendidas todas as condições de controle ambiental determinadas e exigidas pelos órgãos competentes; IV – Faturar no Município toda a produção de sua unidade aqui instalada; V – Não destinar ou utilizar seu imóvel para outros fins que não os constantes do ato da concessão de autorização de funcionamento da empresa; VI – Não alienar o imóvel, nem parte dele, estendendo-se esta obrigação pelo período de 15 (quinze) anos, contado a partir da transmissão da propriedade, salvo mediante autorização legislativa específica; VII – Fornecer ao poder Executivo Municipal, quando solicitada, toda a documentação necessária a apuração do cumprimento das exigências desta lei; VIII – cumprir todos os encargos ambientais, tributários, previdenciários e trabalhistas exigidos pelos órgãos e poderes legalmente constituídos; IX – cumprir os prazos constantes do cronograma de execução das obras e implantação do projeto com previsão de início das obras, integrantes da Proposta técnica apresentada no Chamamento Público nº.01/2012. § 1º - Na hipótese de alteração societária, os sucessores obrigam-se a cumprir o estabelecido no instrumento de alienação, solidariamente com a empresa e sócios originários; § 2º - deverão constar do instrumento público de alienação as clausulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e reversibilidade; b) De acordo com o Art. 3º o não cumprimento das condições estabelecidas no art.2º, bem como a paralisação das atividades industriais por mais de 06 (seis) meses ou ainda a decretação de falência, deverão acarretar a rescisão do contrato de alienação, importando a perda da posse direta do imóvel em favor da Municipalidade, bem como de todas as importâncias que tenham sido pagas e as benfeitorias realizadas, não lhe assistindo quaisquer direitos a reclamações, retenções ou indenizações, devendo ainda, ser observado o disposto no artigo 18 da Lei Municipal nº.2460/2010; c) com as Clausulas de Inalienabilidade, impenhorabilidade e reversibilidade, conforme Av.03 adiante. FUNREJUS - R\$.699,25 (recolhido na lavratura da escritura). Apresentados a este Ofício Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2014/2013/2012/2011/2010, comprovante dos ITRs quitados, através de Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Negativa do IAP nº. 1243442, e CAR PR-4113205-1885.68D6.7060.467D.85DD.359D.B540.6E10 na situação de ativo. Consulta ao CNIB para o CPF 72.907.595/0001-74 de MD PAPEIS LTDA. (NICOLAUS) na data 14/09/2016 às 08:26:24. Relatório de Indisponibilidade Negativo - Hash - 72db.7f22.fe3a.5d33.1b54.4b97.dfc5.6d1c.397c.4435; para o CNPJ 76.020.452/0001-05 de MUNICIPIO DA LAPA (LAPA PREF GABINETE DO PREFEITO) na data 14/09/2016 às 08:27:08. Relatório de Indisponibilidade Negativo - Hash - 0281.f1fa.2f0c.0fc0.71c1.6ff3.9e6a.0bad.3f23.0e43. A DOI a SRF será emitida por este Serviço

Segue no verso

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta
www.cri.org.br/confirmaAutenticidade o CNS: 08.368-3
e o código de verificação do documento: 7M4DV3
Consulta disponível por 30 dias



Continuação

Registral. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 16 DE SETEMBRO DE 2016. A
ESCREVENTE:- *Michele Ramos Augustinhak* (Michele Ramos Augustinhak). Cota: Registro 4.312,00 VRC
- R\$.784,78.

AV.03/27.968 - PROTOCOLO Nº.109.183, DE 24/AGOSTO/2016 - CLÁUSULAS DE
INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE e REVERSIBILIDADE:- Conforme o constante da
Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em data de 24 de agosto de 2016, às fls.040/047 do
Livro nº.0471-E, do Tabelionato desta Cidade, registrada sob o nº.02 retro e supra, - ficou consignado
no artigo 2º, item IX, parágrafo 2º, que "o imóvel da presente matrícula", ficou gravado com as
Cláusulas de "INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE e REVERSIBILIDADE". O REFERIDO
É VERDADE E DOU FÉ. LAPA, PR, 16 DE SETEMBRO DE 2016. A ESCREVENTE:-
Michele Ramos Augustinhak (Michele Ramos Augustinhak). Cota: Av.60,00 VRC (R\$.10,92).

AV.04/27.968 - PROTOCOLO Nº.134.261 DE 20/JUNHO/2023:- AVERBAÇÃO DE
CANCELAMENTO DO R.02 e da AV.03:- Nos termos do requerimento feito a este Ofício pelo
Município da Lapa, por sua procuradora Municipal Camila Milaneze Caneri, acompanhado do Decreto
Municipal nº.26.565 de 09/12/2022,- PROCEDO o CANCELAMENTO do Registro da Compra e Venda
constante do R.02 retro e supra, e da Av.03 supra. Em consequência RETORNA o imóvel da presente
matrícula, ao patrimônio do requerente MUNICÍPIO DA LAPA CNPJ/MF nº.76.020.452/0001-05.
Referido cancelamento foi deferido conforme autos de Suscitação de Dúvida nº.0002782-
38.2023.8.16.0103, por sentença proferida em 22/01/2024, pela M. M. Juíza de Direito da Vara de
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Lapa, a Exmª Srª Drª Bianca Bacci Biseto.
Consulta a CNIB. A DOI a SRF será emitida por este Serviço Registral. O REFERIDO É VERDADE E
DOU FÉ. LAPA, PR, 28 DE FEVEREIRO DE 2024. O OFICIAL:- *Iwayr Machado* (Iwayr
Machado). Cota: Av. 630,00 VRC R\$ 154,98 - ISS R\$ 7,75 - FUNDEP R\$ 7,75 - FUNREJUS 25% R\$
38,74 - SELO R\$ 8,00 SFR12.L5wmv.Rzce3-4G9fD.F664q

FUNARPEN



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR12.V5Xxv.3bcM2
5wwfo.F664q

<https://selo.funarpem.com.br>

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE LAPA - PARANÁ
CERTIFICO a autenticidade desta,
como provinda de original arquivado
nesta serventia.

O referido é verdade: dou fé.

Lapa, 04 de setembro de 2024.-

Iwayr Machado - Oficial - Certidão assinada digitalmente

Custas
Buscas - com funrejus R\$12,45
Certidão de Ônus R\$38,55
SELO R12 (FUNARPEN) R\$8,00
SELO R13 (FUNARPEN) R\$3,75
Funrejus R\$ 12,75
Iss R\$ 2,55
Fadep R\$ 2,55
TOTAL R\$ 80,60

Certifico que a presente Certidão é Negativa de Ônus Reais, e Negativa de
Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias.

Continua



ANEXO XIII

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal